



## DECLARAÇÃO PATRIMÓNIO

Eu, \_\_\_\_\_,  
portador do documento de identificação n.º \_\_\_\_\_, válido até \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_,  
e identificação fiscal (NIF) n.º \_\_\_\_\_, declaro sob compromisso de honra, ao abrigo do disposto na alínea  
a) do n.º 2 do artigo 6.º da Portaria n.º 230/2018, de 17 de agosto, na sua atual redação, para efeitos da candidatura en-  
tregue ao abrigo do Programa 1.º Direito, financiado através do Investimento RE-C02-I01 – Programa de Apoio ao Acesso  
à Habitação, componente 02 – Habitação, do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que nem eu nem nenhum dos  
elementos do meu agregado habitacional possuem qualquer património imobiliário, não sendo detentores de títulos, como  
de propriedade, usufruto ou arrendamento, que lhes confira o direito a utilizar uma habitação adequada, nem um patrimó-  
nio mobiliário superior a 60 vezes o valor do Indexante dos Apoios Sociais, nos termos estabelecidos na alínea e) do artigo  
4.º do Decreto-Lei 37/2018, na sua redação atual, ou seja, 30.555,60€.

O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações, para além da participação à entidade  
competente para apurar a existência de eventuais responsabilidades criminais, constitui fundamento de resolução do con-  
trato e de pagamento pelos faltosos das quantias indevidamente recebidas, acrescidas de juros pela mora desde a data  
da respetiva disponibilização, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.

Santa Maria da Feira, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_ o beneficiário (nome do titular) \_\_\_\_\_